



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

ATA DA 297ª SESSÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

1 Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, às quatorze horas e trinta minutos, na
 2 Sala de Reuniões do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, teve
 3 início a 297ª Sessão Ordinária do Conselho Superior, sob a condução da Presidente do Conselho
 4 Superior, Fabiana Costa Oliveira Barreto. Estiveram presentes os Conselheiros Arinda Fernandes e
 5 Maurício Silva Miranda e o Corregedor-Geral do MPDFT, José Valdenor Queiroz Junior, e, por
 6 plataforma de videoconferência, os Conselheiros Eduardo José Oliveira de Albuquerque, Vítor
 7 Fernandes Gonçalves, Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza, Leonardo Roscoe Bessa,
 8 Marta Alves da Silva, Antonio Marcos Dezan. Ausente justificadamente a Conselheira Maria
 9 Rosynete de Oliveira Lima. **I – EXPEDIENTE. 1. COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA. A.**
 10 Elaboração de lista Tríplice ao cargo de Ouvidor pelo Conselho Superior para nomeação pela
 11 Procuradora-Geral de Justiça (Portaria Normativa PGJ nº 139/2010 c/c Resolução CSMPDFT nº
 12 170/14. arts. 2º, IV e 77, parágrafo único). Candidataram-se ao cargo os Promotores de Justiça
 13 Roberto Carlos Silva e Libânio Alves Rodrigues. Em razão de alguns Conselheiros não estarem
 14 presentes na Sala de Reuniões, foi utilizado o sistema eletrônico *Votus* para a realização do
 15 escrutínio, em substituição às cédulas impressas. A Presidente do Conselho Superior anunciou que o
 16 sistema estaria disponível para votação das quatorze horas e cinquenta minutos até as dezessete
 17 horas. Feita a apuração, o candidato Libânio Alves Rodrigues obteve oito votos, e o candidato
 18 Roberto Carlos Silva obteve dois votos. A lista tríplice foi, então, formada pelos Promotores de
 19 Justiça Libânio Alves Rodrigues e Roberto Carlos Silva, nesta ordem. A referida lista será
 20 encaminhada à Procuradora-Geral de Justiça para que se proceda à nomeação do novo Ouvidor do
 21 MPDFT. **2. COMUNICAÇÕES DA PROCURADORIA DISTRITAL DOS DIREITOS DO**
 22 **CIDADÃO – PDDC.** O Procurador Distrital dos Direitos do Cidadão, presente à sessão, usou da
 23 palavra para prestar esclarecimentos acerca das atividades da Força Tarefa para Acompanhamento
 24 das Ações de Combate ao Novo Coronavírus no DF. **3. COMUNICAÇÕES DA OUVIDORIA. A.**
 25 Ofício nº 741/2021-SIC, de 23 de fevereiro de 2021 (*Tabularium* nº 08191.021615/2021-14), que
 26 encaminha o relatório dos Pedidos de Informação, segundo a Lei 12.527/2011, relativo ao mês de
 27 janeiro de 2021; **B.** Ofício nº 743/2021-Ouvidoria, de 23 de fevereiro de 2021 (*Tabularium* nº
 28 08191.021621/2021-71), que encaminha o relatório mensal da Ouvidoria do Ministério Público do
 29 Distrito Federal e Territórios, do mês de janeiro de 2021. **4. COMUNICAÇÕES DA**
 30 **CORREGEDORIA-GERAL. A.** Decisões que determinaram arquivamento dos seguintes
 31 procedimentos: (1) Expediente nº 08191.114656/2019-39; (2) Expediente nº 08191.067926/2020-
 32 49; (3) Expediente nº 08191.103665/2020-38; (4) Expediente nº 08191.124585/2020-16; (5)
 33 Expediente nº 08191.007327/2021-57; **B.** Decisões que determinaram arquivamento de apurações
 34 acerca de conduta de membros do MPDFT: (1) Notícia de Fato nº 08191.128251/2020-11. O
 35 Corregedor-Geral do MPDFT, acompanhando a sessão por videoconferência, fez uso da palavra
 36 para prestar breves esclarecimentos. O Colegiado, à unanimidade, homologou as decisões de
 37 arquivamento dos expedientes e da notícia de fato acima referidos, e tomou ciência em relação ao
 38 Expediente nº 08191.007327/2021-57, nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CSMPDFT nº
 39 170/2014. **II - ORDEM DO DIA. 1.** A Presidente inverteu a pauta e chamou a julgamento o
 40 **Processo nº 08191.069305/2020-08.** Interessada: Corregedoria-Geral do MPDFT. Assunto:
 41 *Sindicância – apuração acerca de conduta de membro do MPDFT.* Relator: Conselheiro Antônio
 42 Marcos Dezan. Discussão: O Promotor de Justiça aposentado Pedro Xavier Coelho Sobrinho,
 43 presente à sessão, fez uso da palavra para sustentação oral, no prazo regimental. Em seguida, o
 44 Relator fez leitura do voto, pela rejeição dos embargos de declaração apresentados pelo Interessado.
 45 A Conselheira Arinda Fernandes abriu a divergência no sentido de acolher os embargos. **Decisão:** O
 46 Conselheiro Leonardo Roscoe Bessa pediu vista. Os demais Conselheiros aguardam. **III –**
 47 **AUDIÊNCIA PÚBLICA. 1. Processo nº 08191.078132/2017-13.** Interessada: Promotora de
 48 Justiça Alessandra Gabriella Borges Pereira Lorenzo. Assunto: *Afastamento para estudo em curso*
 49 *oferecido pela ESMPU.* Relatora: Conselheira Arinda Fernandes. Discussão: Exposição pela



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

50 Relatora. A Promotora de Justiça interessada, nos termos do art. 39, da Resolução CSMPDFT n°
51 170/2014, apresentou resumo de sua Dissertação, cujo título é: "Fraudes nas cotas de gênero na
52 política: atuação do Tribunal Superior Eleitoral brasileiro à luz do direito de acesso à Justiça e do
53 princípio da igualdade". O Colegiado deliberou pela entrega digital da dissertação. Ao final, os
54 Conselheiros elogiaram o trabalho desenvolvido. **Decisão:** O Conselho Superior, à unanimidade,
55 acompanhou o voto da Relatora pela aprovação final do Procedimento, determinando o
56 arquivamento, após a entrega do exemplar da dissertação na Biblioteca do MPDFT, em
57 conformidade com o prazo regimental e termos dispostos no art. 10, IX, da Resolução CSMPDFT
58 n° 71/06. **2. Processo n° 08191.012271/2020-71.** Interessada: Promotora de Justiça Yara Maciel
59 Camelo. Assunto: Afastamento de curta duração para elaborar dissertação de mestrado. Relator:
60 Conselheiro Vítor Fernandes Gonçalves. Discussão: Exposição pelo Relator. A Promotora de
61 Justiça interessada, nos termos do art. 39, da Resolução CSMPDFT n° 170/2014, apresentou resumo
62 de sua Dissertação, cujo título é: "A Judicialização de um conflito ambiental-urbanístico sob a
63 perspectiva do processo estrutural: um estudo de caso das ações civis públicas ajuizadas pelo
64 MPDFT para tratar do licenciamento ambiental corretivo e da implantação de parques na cidade de
65 Águas Claras - DF". Ao final, os Conselheiros elogiaram o trabalho desenvolvido. **Decisão:** O
66 Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o voto do Relator pela aprovação final do
67 Procedimento, determinando o arquivamento, após a juntada do diploma do curso, em
68 conformidade com o prazo regimental e termos dispostos no art. 10, VIII, da Resolução CSMPDFT
69 n° 71/06. **IV - ORDEM DO DIA. 1. Processo n° 08191.071798/2020-38.** Interessada:
70 Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto: *Proposta de Resolução destinada a disciplinar o Núcleo*
71 *Especial de Combate aos Crimes Cibernéticos (NCyber).* Relator: Conselheiro Leonardo Roscoe
72 Bessa. Discussão: Após leitura de voto pelo Relator, seguiu-se amplo debate pelo Colegiado. O
73 Conselheiro Vítor Fernandes Gonçalves, acompanhado pelo Conselheiro Maurício Silva Miranda,
74 destacou que manteria as emendas rejeitadas pelo Relator no voto. A Presidente do Conselho
75 Superior informou ao Colegiado que faria a juntada de voto escrito. **Decisão:** O Conselho Superior,
76 por maioria, acompanhou o Relator pela aprovação da Proposta de Resolução destinada a
77 regulamentar o Núcleo Especial de Combate aos Crimes Cibernéticos (NCyber). Vencidos os
78 Conselheiros Vítor Fernandes Gonçalves e Maurício Silva Miranda em relação às emendas
79 apresentadas. Encerrado o julgamento, o Conselheiro Vítor Fernandes Gonçalves ausentou-se
80 justificadamente. **2.** A Presidente do Conselho Superior inverteu a pauta e chamou a julgamento o
81 **Processo n° 08191.144787/2020-84.** Interessado: Secretaria de Gestão de Pessoas e Conselho
82 Superior do MPDFT. Assunto: *Promoção de membro, por merecimento, ao cargo de Promotor de*
83 *Justiça da carreira do MPDFT.* Relator: Conselheiro Leonardo Roscoe Bessa. Discussão: Leitura
84 de voto pelo Relator. Por ter se ausentado momentaneamente da videoconferência, a Conselheira
85 Marta Alves da Silva não votou. **Decisão:** O Conselho Superior, à unanimidade, aprovou a lista
86 tríplice indicada pelo Relator para promoção, por merecimento, ao cargo de Promotor de Justiça da
87 carreira do MPDFT, em vaga decorrente da aposentadoria da Promotora de Justiça Teresinha Inês
88 Teles Pires. Referida lista será composta pelos Promotores de Justiça Adjuntos: Ricardo de Sousa
89 Fonseca, Isabella Angélica dos Santos Chaves e Márcio Wagner Vieira Albuquerque, nos termos do
90 voto. **3. Processo n° 08191.063295/2020-99.** Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto:
91 *Proposta de abertura do 32º Concurso Público do MPDFT.* Relatora: Conselheira Arinda
92 Fernandes. Discussão: A Relatora prestou breves esclarecimentos. Por ter se ausentado
93 momentaneamente da videoconferência, a Conselheira Marta Alves da Silva não votou. **Decisão:** O
94 Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou a Relatora pela homologação da abertura do 32º
95 Concurso Público para ingresso na carreira do MPDFT, no cargo de Promotor de Justiça Adjunto. **4.**
96 **Processo n° 08191.000550/2021-73.** Interessada: Secretaria de Gestão de Pessoas e Chefia de
97 Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto: *Lista de Antiguidade dos Membros do MPDFT*
98 *atualizada até 31 de dezembro de 2020.* Relatora: Conselheira Maria Rosynete de Oliveira Lima.
99 Discussão: Tendo em vista a ausência justificada da Conselheira Maria Rosynete, a Conselheira
100 Arinda Fernandes foi designada como Relatora *ad hoc.* A Conselheira Marta Alves da Silva não
101 apresentou seu voto pelo motivo apresentado no processo anterior. **Decisão:** O Conselho Superior, à



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

102 unanimidade, aprovou a Lista de Antiguidade dos membros do MPDFT, atualizada até 31 de
103 dezembro de 2020, conforme voto da Relatora *ad hoc*, concedendo-se, com base no art. 202, §2º, da
104 Lei Complementar nº 75/93, o prazo de 30 (trinta) dias para eventuais reclamações, após a
105 publicação na Imprensa Oficial. **5. Processo nº 08191.005780/2021-29.** Interessado: Chefia de
106 Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto: *Indicação de membro (titular e suplente) para*
107 *a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.* Relatora: Conselheira Maria Rosynete de
108 Oliveira Lima. Discussão: Tendo em vista a ausência justificada da Conselheira Maria Rosynete, a
109 Conselheira Arinda Fernandes foi designada como Relatora *ad hoc*. A Conselheira Marta Alves da
110 Silva não votou, pois ainda não havia conseguido retornar à sala de videoconferência. **Decisão:** O
111 Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou a Relatora *ad hoc* pela indicação dos Promotores
112 de Justiça Leonardo Borges de Oliveira e Alexandre Ferreira das Neves de Brito para comporem o
113 Conselho Distrital de Segurança Pública, como membro titular e suplente, respectivamente. **6.**
114 **Processo nº 08191.007023/2021-90.** Interessado: Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de
115 Justiça. Assunto: *Indicação de representantes do MPDFT para o Fundo Distrital de Combate à*
116 *Corrupção - FDDC.* Relatora: Conselheira Selma Leite Sauerbronn de Souza. Discussão: Leitura de
117 voto pela Relatora. **Decisão:** O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou a Relatora pela
118 indicação dos Promotores de Justiça Fabiano Mendes Rocha Peloso e Livia Cruz Rabelo para
119 representarem o MPDFT junto ao Fundo Distrital de Combate à Corrupção - FDDC, como membro
120 titular e suplente, respectivamente. **IV - MANIFESTAÇÃO DOS CONSELHEIROS.** A
121 Presidente do Conselho Superior comunicou ao Colegiado que na véspera, 25 de fevereiro de 2021,
122 recebeu duas comissões do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, presididas pelo
123 Conselheiro Sílvio Roberto Oliveira de Amorim, contando inclusive com a presença do Corregedor-
124 Nacional, para apresentação de resultados de promotorias de justiça e núcleos e para debates. A
125 Conselheira Arinda Fernandes sugeriu aos Conselheiros para que seja realizada a imposição da
126 Ordem do Mérito às Procuradoras de Justiça Marta Eliana de Oliveira e Laura Beatriz Castelo
127 Branco Alves Semeraro Rito na próxima sessão do Colegiado. O Procurador Distrital dos Direitos
128 do Cidadão usou da palavra novamente para prestar esclarecimentos acerca do Decreto nº 41.842,
129 de 26 de fevereiro de 2021, que suspende temporariamente atividades em estabelecimentos
130 comerciais e industriais no Distrito Federal para conter a propagação do coronavírus. Encerrada a
131 sessão, foi designado o dia 26 de março de 2021, sexta-feira, às 14h30, para a próxima sessão do
132 Colegiado. Para constar, eu, Arinda Fernandes, Secretária do Conselho Superior, lavrei a presente
133 ata, que segue assinada em conjunto com a Presidente do Egrégio Conselho Superior.

FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO

Presidente do Conselho Superior
Procuradora-Geral de Justiça

ARINDA FERNANDES

Secretária do CSMPDFT
Procuradora de Justiça

Assinado por:

ARINDA FERNANDES - SCS em 29/07/2021.

FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO - PGJ em 30/07/2021.

.